

ASPECTOS AFETIVOS E SOCIAIS DE MÃES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: UM RECORTE A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL

Data da submissão: 07/08/2023

Data de aceite: 02/10/2023

Camila Vaz Abeche

Universidade Metodista de São Paulo
São Paulo- São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/4043043933032024>

Miria Benincasa

Universidade Metodista de São Paulo
São Paulo- São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/1600352232046792>

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo investigar aspectos afetivos e sociais de mães com filhos na faixa etária de até 6 anos, no período da pandemia, a partir de uma reflexão crítica com autores da psicologia social. A literatura utilizada para esta pesquisa baseou-se em estudos quali e quantitativos, relacionados com as questões sociais usando como referências autores como Ignacio Martin-Baró, Sueli Carneiro, Enrique Dussel e Frantz Fanon. A pesquisa utilizou como instrumentos um questionário sociodemográfico e de Escala de Afetos Positivos e Negativos (PANAS), ambos com respostas fechadas. A pesquisa indicou um total de 72 mães em vulnerabilidade social que vivem com uma renda familiar de até três salários-mínimos. Os resultados indicaram alterações negativas nos

aspectos subjetivos que surgiram ao longo da pandemia, apresentando uma piora pelas interferências de aspectos sociais, empregabilidade, especialmente quando associado às questões raciais. É possível por meio dos resultados traçar um panorama da exclusão social, especialmente para a mãe de cor preta periférica.

PALAVRAS-CHAVE: Maternagem; Pandemia; Vulnerabilidade social. Psicologia Social.

AFFECTIVE AND SOCIAL ASPECTS OF MOTHERS IN SOCIAL VULNERABILITY: A VIEW FROM SOCIAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT: The present study aimed to investigate affective and social aspects of mothers with children aged up to 6 years, in the period of the pandemic, from a critical reflection with authors of social psychology. The literature used for this screening was based on qualitative and qualitative studies related to social issues using authors from social psychology as references authors such as Ignacio Martin-Baró, Sueli Carneiro, Enrique Dussel and Frantz Fanon. The research used as instruments a sociodemographic questionnaire and

positive and negative affect scale of positive and negative effects (PANAS), with closed answers. The survey indicated a total of 72 mothers in social vulnerability who live with a family income of up to three minimum wages. The results indicated negative changes in the subjective aspects that emerged throughout the pandemic, worsening due to the interference of social aspects, employability, especially when associated with racial issues. Through the results, it is possible to draw an overview of social exclusion, especially for peripheral black mothers.

KEYWORDS: Motherhood; Pandemic; Social Vulnerability; Social Psychology.

1 | INTRODUÇÃO

Quando os temas são as questões raciais e a situação de mazelas sociais, pode-se verificar que “A vida imita a arte muito mais do que a arte imita a vida” (WILDE, 2021, p. 51). Frase esta, que tem sido comprovada por meio da trajetória de muitos artistas que trazem em suas canções e poesias a realidade social, especialmente a situação brasileira, com todas as formas de vidas secas e frágeis do povo brasileiro, como o cantor e compositor Zé Ramalho em “Admirável Gado Novo” (1979) “É duro tanto ter que caminhar e dar muito mais do que receber”. Outros cantores trazem a vida e trajetória dos povos negros e oprimidos, como a voz marcante da cantora e ativista social Elza Soares em “Carne” (2002).

Mesmo com todos estes recortes da arte que os artistas se utilizam como crítica social, o fato é que ainda existem muitas mazelas e pobreza social que continuam se repetindo, seja pela trajetória histórica colonial do povo brasileiro, ou por momentos atípicos, como no início de 2020, em que o mundo precisou de novas adaptações sociais devido ao surgimento de um vírus denominado SARS-CoV-2 que, segundo pesquisas é altamente contagioso (TAMO; RODRIGUES, 2020; RAMIREZ, 2020).

De acordo com as exigências das ONU, o isolamento social tornou-se com isto, uma medida necessária para diminuir as contaminações pelo vírus e, conseqüentemente, o número de mortes (BROOKS et al., 2020). A partir destas medidas necessárias, as pessoas em todo o mundo tiveram que se adaptar, e isto não foi diferente para as empresas, escolas, comunidades, famílias e muitas mães.

Sabe-se que muitas mães que vivem em situações de pobreza e vulnerabilidade social apresentam maiores dificuldades no processo de criar e educar seus filhos, devido aos poucos recursos educacionais e culturais que lhe são negados, conforme traz Bourdieu em sua crítica à meritocracia (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006), que está intrinsecamente relacionado à trajetória histórica do processo de escravidão que o Brasil viveu, e para existir resiste (DAVIS, 2016, pp. 119-120).

Devido a pandemia, muitas mulheres tiveram que dobrar suas cargas horárias de trabalhos, especialmente as mães, que além de trabalhar, precisaram adaptar às necessidades dos filhos, assim como as diferenças de classe e a feminilização dos cuidados domésticos (SILVA et al.2020; LINHARES; ENUMO, 2020; MACEDO, 2020).

Esta exclusão e vulnerabilidade social da mãe negra são reconhecidas pela crítica de Gonzalez (1984) que denuncia a naturalidade em que a sociedade objetifica a mulher negra; a colocando em um lugar de exclusão a partir do olhar do homem branco (SANTOS; OLIVEIRA, 2016). A mulher negra é sempre incluída, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, nas funções da base da pirâmide social, especificamente, de empregada doméstica e serviçal.

Voltando à questão da pandemia, estas fragilidades sociais tornaram-se muito mais perversas dentro do sistema capitalista, revelando a urgência em serem revistas e cuidadas, visto a perpetuação de um alto volume populacional à miséria em contexto pandêmico, reflexos de uma país que mantém um Estado com lógica colonialista patriarcal conforme retrata Segato (2012).

Desta forma, é urgente uma reflexão sobre políticas públicas de acesso igualitário à população. Neste sentido o vírus não é democrático, atingindo de forma perversa a população mais pobre, especialmente a periférica, o que afirma um Estado voltado para a morte, ou seja, uma necropolítica (SENA; RODRIGUES, 2020). O que corrobora com alguns estudos (ROSALEN, 2019, p.03; BENATTI et al., 2020) de mães que vivem em vulnerabilidade social é que, a figura materna, geralmente é vista como a única responsável por todos os cuidados e afazeres domésticos, com uma perspectiva sexista (INSFRAN; MUNIZ, 2020), que reflete em uma sobrecarga do exercício da maternidade e pouca participação ou responsabilização de outros membros da família (DAVIS, 2016, p. 236).

Desta forma, o próprio Estado legitima a mulher como única responsável pelo bem-estar familiar (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, pp. 11, 12).

Assim, a vulnerabilidade social e a pobreza tornam-se fatores de riscos aumentados para mulheres desenvolverem quadros de transtornos mentais, especialmente a depressão pós-parto, constatando que estas apresentaram maiores indícios de quadros psiquiátricos, tendo alguns fatores como influência social negativa, como a sobrecarga do número de filhos e a falta de suporte familiar para os cuidados, prejudicando a saúde mental materna (CARVALHO; BENINCASA, 2019).

Além da sobrecarga de funções e as vulnerabilidades psíquicas maternas, existem outros fatores que tornam este momento muito mais vulnerável para a mãe e a criança, como, por exemplo, o momento da gestação, a pobreza e os primeiros anos após o nascimento do bebê, que podem ser afetados pela saúde mental materna, assim como os cuidados monoparentais (SCHERRER; ALVES, 2021).

Todas estas vulnerabilidades sociais e psíquicas em que as mulheres estão expostas em nossa sociedade, inclui-se àquelas os cuidados da casa, a vida profissional, as carências financeiras, as demandas de filhos, a necessidade de autocuidado, entre tantas outras, trazem de forma ainda presente o conceito de amor materno idealizado, ou mesmo o instinto materno (BADINTER, 1985, p.14). Tais conceitos estão cristalizados na sociedade ocidental, gerando impactos nas relações entre as mulheres, o exercício da

maternidade, sua autonomia e os cuidados do lar, conceito este, que não é contemporâneo, mas sócio-histórico (BEAUVOIR, 1970, p.75).

A partir desses estudos, o objetivo desta pesquisa foi trazer por meio de dados analisados uma compreensão mais humanizada e crítica de como as mães têm vivido suas subjetividades e emoções dentro de um contexto social de vulnerabilidades, que foram acentuadas na pandemia, por meio de uma perspectiva de autores da psicologia social. Os resultados quantitativos de nossa pesquisa poderão ser considerados um dado importante para futuros trabalhos, no sentido de possibilitar um cuidado e acolhimento diferenciado à esta população, permitindo uma maior visibilidade desta população enquanto cidadã, e consequentemente, uma melhora na saúde mental materna.

2 | MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo-transversal, que faz parte de um recorte de uma pesquisa realizada no Estado de São Paulo, que se iniciou no final de 2019. Utilizou-se como referencial para os dados de rastreamento uma pesquisa Transversal denominada “Impacto da COVID-19 na Saúde Mental de Gestantes e Puérperas” realizado de forma on-line, com tipo de questionário survey autorizado pelo Comitê de Ética da UNIB.

2.1 PROCEDIMENTOS

A pesquisa utilizou-se de amostra aleatória com instrumento sociodemográfico junto ao PANAS que foi adaptado para o uso do Google Forms. Com isto, foi realizada a divulgação nas redes sociais para usuárias que são mães que tem filhos de até 6 anos de idade, utilizando para a análise um recorte de mães que tem como renda familiar até 3 salários-mínimos.

2.2 INSTRUMENTOS

O estudo usou como instrumentos o questionário sociodemográfico e a Escala de afetos positivos e negativos (PANAS). A escala PANAS tem sido uma das mais usadas em avaliações com adultos e crianças. Foi observado que a escala tem sido considerada fator importante em aspectos do humor e instrumento importante na clínica (NUNES et al.; 2019)

Para esta análise de dados, foram selecionados alguns afetos que, segundo a literatura disponível, vem sendo vivenciados com maior frequência por mães, quando comparados a contextos não pandêmicos. Estes afetos foram irritabilidade, melancolia, tristeza, depressão, pensamentos de morte e perda de interesse.

Segundo os estudos de WATSON e TELLERGEN (1985) a escala PANAS poderá ser realizado individualmente, com dados que demonstram solidez em seus resultados. Na avaliação, a pessoa é solicitada a indicar o nível de alteração de cada emoção. Por meio da Escala PANAS, a pessoa será avaliada sobre aspectos afetivos, como humor, com respostas que variam entre excessivamente, muito, moderadamente, muito pouco e nada.

2.3 PÚBLICO

O Público desta pesquisa foi direcionado às mães que tem como renda familiar até 3 salários-mínimos, sendo dividido em três grupos: Grupo 1 com menos de um salário-mínimo, grupo 2 com até um salário-mínimo e grupo 3 entre 2 e 3 salários-mínimos.

3 | RESULTADOS

3.1 ASPECTOS SOCIODEMOGRAFICOS

Para o delineamento do perfil das mães participantes da pesquisa foi utilizado a amostra de um total de 164 participantes. Aplicando-se o critério de renda até três salários-mínimos como renda familiar, ou seja, R\$ 3135,00. A partir deste critério, os dados apresentam 72 mulheres nesta situação de renda familiar.

Desta forma, por meio da tabela A verifica-se a distribuição da amostra em escolaridade e cor.

Cor		preta	Parda	branca	Indígena
Escolaridade	Ensino fund. incompleto	1	- / -	2	
	Ensino fund. completo	1	3/ -	1	
	Ensino médio incompleto	-	3/-	-	
	Ensino médio completo	7	12/-	14	
	Ensino superior	1 (especialização)	10: 2:competo 4: cursando 3:incompleto 1: especial.	16: 7-Completo 7-Cursando 2- Especial.	1-Sup.Esp.

Tabela A – Distribuição da amostra em cor e escolaridade.

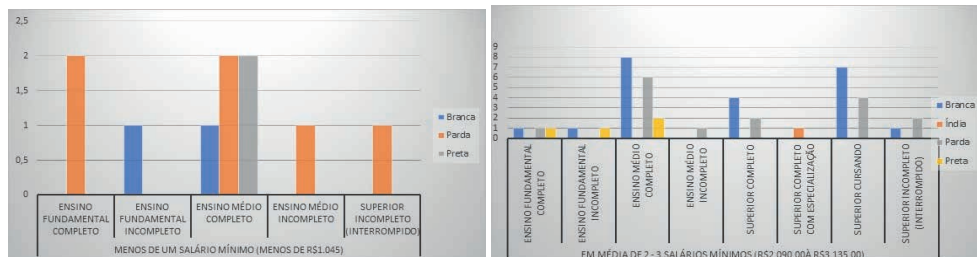
Fonte: Elaboração da própria autora, a partir de dados da pesquisa, 2021.

Os dados sugerem que há uma discrepância entre mães com ensino superior entre a população negra e as outras. Por meio destes dados pode-se observar que a população negra apresenta índices menores de escolaridade superior. Se for analisar o total de mães que tiveram acesso ao curso superior tem-se 28 mães, apenas 1 é negra e 1 é indígena.

Quando a média salarial é direcionada às mães que vivem entre 2 e 3 salários-mínimos como renda familiar, os dados apresentam algumas diferenças significativas como um aumento desta renda entre a população branca, com um total de 22 mães nesta faixa.

3.2 RELAÇÃO ENTRE NÍVEL EDUCACIONAL, RENDA FAMILIAR E ASPECTOS RACIAIS

Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição da amostra por nível educacional e aspectos raciais entre mães com menos de um salário-mínimo (gráfico 1), e a segunda amostra com mães que vivem entre 2 e 3 salários-mínimos (gráfico 2)



Fonte: Gráficos desenvolvidos pelas autoras, a partir de dados da pesquisa, 2021.

O Gráfico 1 apresenta uma relação entre faixa salarial (menos de um salário-mínimo), nível e escolaridade e cor. A partir deste gráfico pode-se observar que as mães de origem negra não conseguem alcançar o nível universitário. No total de 10 mães com esta renda familiar, apenas 2 de cor negra conseguem finalizar o ensino médio.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição da amostra por nível educacional e aspectos raciais entre mães que tem entre 2 e 3 salários-mínimos.

Neste observa-se que há uma prevalência significativa de mães de origem branca no sistema universitário, sendo 12 de origem branca que alcançou o sistema universitário, 8 de origem parda e 1 de origem indígena, o que evidencia que a mulher negra não alcançou o sistema universitário nesta faixa de renda familiar, o que reflete o processo de branquitude no mundo acadêmico.

4 | DADOS DO PANAS EM MÃES COM VULNERABILIDADE SOCIAL

Quando foi analisado os afetos como irritabilidade, melancolia, tristeza, depressão e pensamentos de morte observa-se diferenças que devem ser consideradas como possíveis desencadeadores de transtornos mentais para o futuro destas mulheres.

Com relação ao dado afetivo da irritabilidade, quando relacionamos este aspecto afetivo à faixa salarial entre 2 e 3 salários-mínimos (o total de 43 mães- que representam 100% desta faixa), obteve-se um resultado de 15 mães (34,8%) que apresentam piora com relação a este aspecto afetivo. Com relação às mães que vivem até um salário-mínimo (19 mães), observa-se que deste total, 10 apresentaram dados de piora, o que representa 52,6 % do total de 19 mulheres nestas condições socioeconômicas. Consequentemente, há uma diferença substancial neste mesmo aspecto afetivo quando direcionado às mães que vivem com menos de um salário-mínimo, sendo que do total de 10 mães, 6 apresentaram

aumento da irritabilidade, representando 60% da amostra nesta situação socioeconômica.

Com relação ao aspecto afetivo da melancolia, nota-se que quando direcionados às mães que vivem entre 2 e 3 salários-mínimos, tem-se o total de 13 mulheres que apresentaram aumento deste aspecto afetivo, o que representa 30 % do total de 43 mães. Sobre as mães que vivem com até um salário-mínimo, tem-se 7 mães que referem aumento na melancolia, que representa 36,8 % do total de 19 mulheres. Quando os resultados são direcionados às mães que vivem com menos de um salário-mínimo, os dados são mais significativos; com 8 mulheres que relatam aumento, de um total de 10 mães; o que representa 80% da amostra.

Sobre o aspecto afetivo relacionado à tristeza, quando direcionado às mães que vivem entre 2 e 3 salários-mínimos, os resultados mostram que do total das 43 mulheres, 18 (41,8 %) referiram sentirem-se mais tristes. Quando relacionado às mães que vivem com até 1 salário-mínimo, do total de 19 mulheres, 9 destas (47 %) relataram piora no afeto relacionado à tristeza. Quando foi direcionado às mães que vivem com menos de um salário-mínimo (10 mães), os resultados demonstram que 4 delas (40%) referiram sentir-se mais tristes. Apesar das diferenças, observou-se que neste afeto, os resultados não indicaram resultados com significância estatística.

Sobre o dado afetivo relacionado à depressão, do total de 43 mães que vivem entre 2 e 3 salários-mínimos, 11 (25%). As mães que vivem com até um salário-mínimo que compõe o total de 19 mães, 8 (42%) referiram piora nos afetos depressivos. Sobre as mães que vivem com menos de um salário-mínimo (10), 4 (40%) referem piora no quadro. No fator relacionado à depressão, observou-se que não teve um resultado de grande significância entre as duas faixas menores sociais (até um salário-mínimo e menos de um salário), porém observa-se uma diferença estatística relevante entre o grupo que tem maior renda e os dois menores.

Com relação ao afeto Pensamento de morte, este é um aspecto da pesquisa que deve ser analisado com maior cuidado, devido as possibilidades de quadros psiquiátricos e possíveis situações de risco. Com relação aos pensamentos de morte, quando direcionado às mães que vivem entre 2 e 3 salários-mínimos, tiveram 8 mães que referiram ter pensamentos de morte, o que equivale a um total de 18% do total de 43 mães. Sobre o grupo de mães que vivem com até um salário-mínimo, tiveram 5 mães que relataram apresentar este quadro, o que representa 26 %. E quando este dado é apresentado às mães que vivem com menos de um salário-mínimo, os resultados sobem consideravelmente para 4 mães, que neste grupo representa 40% do grupo. Observa-se que as mães que apresentaram uma menor renda familiar, estas encontram-se mais sozinhas, o que poderá desencadear sobrecarga na saúde mental, visto serem responsáveis pelo compromisso diário de atenção e suporte aos filhos.

5 | DISCUSSÃO

A partir dos resultados desta pesquisa, os dados apresentados mostram que há uma chance maior de mulheres que vivem em vulnerabilidade social apresentarem maiores danos psíquicos. Os resultados da presente pesquisa mostram que a renda per capita foi considerada um fator negativo para quadros como a depressão em mulheres que vivem em regiões periféricas corroborando com FONSECA et al., (2021). Assim como, Cunha et al. (2012) confirmam esta tese, trazendo evidências de que há uma incidência maior de transtornos como a depressão na população feminina que vive em regiões periférica apresentando menores condições sociais e nível de escolaridade.

Estes dados dialogam com os dados sobre as questões de saúde mental para MARTIN-BARÓ (2017, p. 22) quando faz uma associação entre a relação da “(...) distribuição de riquezas com os aspectos da saúde mental”, corroborando COSTA e MENDES (2020) que traz uma visão crítica sobre a relação entre as teorias de MARTIN-BARÓ e FANON; discutindo a relação entre a opressão de nossa sociedade, que confere à população negra o lugar de eternos submissos e colonizados, o que conseqüentemente trará prejuízos aos aspectos da subjetividade destes indivíduo, que vivem pela lógica da obediência, servidão e a domesticação.

O Negro é sempre colocado no lugar de não-ser, travando consigo mesmo uma luta interna para se ver e compreender enquanto sujeito, pois é no “(...) momento que descobre sua humanidade, começa a polir suas armas para fazê-la triunfar” (FANON, 1968, p. 32). Segundo Martin-Baró (1996), há que se refletir sobre quais funções sociais devem ser assumidas enquanto população que vive uma situação de extrema pobreza, que continua a crer nas mentiras “democráticas”, que a mantém vinculada ao lugar de não existir enquanto cidadão, afetando suas vidas, e conseqüentemente sua saúde mental.

Voltando os dados da presente pesquisa, muitas mães que não têm acesso à educação, vivem sem autonomia, tornando-se vítimas de uma sociedade que as limita em oportunidades. Esta realidade aumenta os riscos à vida, à saúde mental e à subsistência, com poucas chances de desenvolver um papel profissional, aumentando a dificuldade em oferecer boas condições de vida aos filhos (ARAUJO; CASACA, 2021), corroborando com a relação entre os gráficos 1 e 2 da pesquisa, em que fica claro que quanto menores as condições e nível de renda familiar, menores são os anos de estudos concluídos.

O pouco acesso ao capital cultural é uma forma de violência que classifica alunos de acordo com o nível social que relaciona-se com a “A análise de Bourdieu quanto ao papel de contribuição do sistema escolar à reprodução das desigualdades sociais funda-se numa crítica à função da escola de reprodução das hierarquias culturais” (LENARDÃO et al., 2016, p. 38), que corrobora diretamente com os dados do gráfico 1, revelando o pouco acesso de mulheres mais vulneráveis e negras ao sistema universitário e conseqüentemente, diminuindo na qualidade de vida destas e seus filhos, que dialoga com

a percepção de MARTIN-BARÓ (2017, p. 75), reforçando que a educação mantém um sistema alienante e alienado à possibilidade de um ensino verdadeiramente democrático, corroborando à lógica do pensamento dominante da sociedade elitista.

Este pode ser um dos fatores que exclui e marginaliza esta população de mulheres/mães periféricas do sistema de ensino; justificando esta ausência por um viés do discurso meritocrático que traz o educador Bourdieu, o que corrobora para as desigualdades sociais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006, p. 87), conforme demonstra o gráfico 1.

Dentro da faixa salarial de menos de um salário-mínimo da presente pesquisa, observou-se uma predominância da etnia preta e parda, conforme revela o gráfico 1, com isto, é possível questionar se se a questão racial tornou-se uma aspecto de dificuldade de maior acesso salarial, e conseqüentemente menores anos de estudos, visto que por meio dos dados sociodemográficos da Tabela A, apenas 7 mães de origem negra conseguiram finalizar o ensino médio, sendo o restante desta população desta faixa salarial se encontram entre ensino fundamental completo, incompleto e ensino médio também incompleto, como observado também pelo gráfico 1.

Os gráficos 1 e 2 apresentam uma relação entre ensino e cor (branca, parda e preta), questão esta, que é reforçada por Fanon (1968, p. 33) quando aborda a inexistência da dignidade do colonizado (que em sua maioria são negros e índios), pois devido sua trajetória do lugar de escravo, tiveram que lutar para se percebem como humanos, travando uma revolução para ocuparem lugar de igualdade como cidadãos de direitos. É necessário que a mulher negra possa se politizar enquanto ação e política social, para que sejam ouvidas pelo lugar de fala e tenham acesso digno à saúde, educação, assistência; possibilitando sair da lógica perversa de exclusão social (CARNEIRO, 2003a).

Alguns autores reconhecidos pela psicologia social vão trazer reflexões importantes sobre dificuldades de populações negras e periféricas alcançarem o status social (DAVIS, 2016), que são reforçados pelo processo do capitalismo e o anulamento e invisibilidade deste outro colonizado (negros e indígenas), a partir da falácia da modernidade trazida pelo colonizador, que traduz o homem branco como sujeito “superior” e tudo que é latino como um “espírito infantilizado” (DUSSEL, 1993, pp. 19,20).

São estes os discursos que mantem o Brasil ainda hoje com um discurso racista, que reverbera para a manutenção de uma “dita democracia”, pois está na Constituição de 88, mas não é respeitada. Isto é o que mantem povo no conformismo, que foi definida por Martin-Baró (2017) como fatalismo, que fica claro se compararmos os gráficos 1 e 2, e analisarmos que as mulheres negras não conseguem alcançar o sistema universitário no gráfico 2, o que a sociedade não informada vai denominar de meritocracia, ou seja, faltou esforço destas mulheres, ou “Deus quis assim”

Será este o efeito perverso do capitalismo e a condição de estruturação social como o fatalismo? Ou seja, uma naturalização da pobreza como parte de uma ideologia socialmente construída, que faz com que a própria população acredite ser a pobreza parte

de seu destino (MARTINS; JUNIOR, 2018)

Reforçando o conceito de fatalismo, Carneiro (2005b) em sua tese de doutorado traz o conceito de epistemicídio, corroborando com o conceito de MARTIN-BARTÓ (2017), que configura a repetição do ciclo de pobreza e falta de acesso à cultura da população periférica pobre, especialmente as mães, negando a estas o direito à políticas públicas, e conseqüentemente o acesso à cultura, visto que esta população negra é vista como não ser, colocada no lugar de objetificação, sem direito a identidade, que vem de uma trajetória do colonialismo (OLIVEIRA, 2020, p. 59).

É importante pensar que além da própria vulnerabilidade trazida pela falta de oportunidades e exclusão social, os resultados da presente pesquisa apresentaram dados que possibilita reflexões sobre outras violências que ocorrem concomitante às questões raciais, visto que há uma predominância e aumento de mulheres negras e pardas conforme diminui-se a faixa salarial, o que nos traz a questão que a cor de pele pode ser um fator a mais de exclusão, enviesado pela temática do racismo e as poucas oportunidades destas mulheres, como mostrou o gráfico 1 e tabela A. Estes dados corroboram com o estudo de Angela Davis (2016, p. 116), que descreve alguns recortes históricos sobre trajetória de mulheres negras que se uniam de forma ainda clandestina na época da escravidão entre 1700-1800 para educar crianças negras, evidenciando a trajetória histórica de exclusão e resiliência que mulheres negras precisam enfrentar para conseguirem estudar.

É necessária uma reflexão sobre a questão racial e o quanto está “atravessa” a saúde mental da população que se encontra mais vulnerável, mas é também trazer a importância de um “olhar” mais crítico às políticas públicas de direitos humanos, no sentido de que seja humana para todos e não apenas para povos privilegiados, como homens brancos, ou seja, com uma proposta decolonial (SEGATO, 2006, pp. 211-212). A partir disso, é importante viabilizar um ensino digno e democrático que traga acesso à toda a população, que conseqüentemente terá efeitos nas condições de vida da população, e aqui, especificamente, melhora de vida para as mães. A vulnerabilidade racial torna-se mais evidente conforme observa-se os Gráficos 1 e 2, que se tornam visíveis as diferenças sociais e sua correlação com os fatores raciais, como mostram especificamente a tabela A.

Esta estética de compreender a mulher negra em um espaço doméstico, como se estas fossem menos capacitadas e direcionadas apenas aos trabalhos menos teóricos vem de uma construção histórica colonial que parte do processo de escravidão no Brasil. Esta é uma história de exclusão e violência legitimada que tem se repetido durante toda uma trajetória do negro no Brasil, desde o período colonial (DAVIS, 2016, pp. 24-25). Os dados da presente pesquisa reforçam estas teorias mostrando que as mulheres da raça negra e parda apresentaram menores taxas de escolaridades (tabela A), e conseqüentemente maiores problemas de saúde mental, com dificuldades nas questões de afeto como irritabilidade, melancolia e mesmo pensamentos de morte. Estas diferenças ficam claras quando comparamos com o gráfico 2.

Os dados destes revelam que a mulher da cor negra não existe no mundo acadêmico quando aumentamos a renda familiar. Estes dados nos fazem refletir sobre o papel da mãe negra diante da sociedade, e como sua saúde mental poderá ser afetada, dentre os muitos fatores; o próprio processo de racismo que vive na sociedade (SILVA; CHAI, 2018); que a exclui de todos os direitos básicos como saúde, e aqui, especialmente a educação.

Os dados desta pesquisa denunciam a invisibilidade da mãe negra que aparece apenas de forma significativa quando diminuimos a renda familiar, conforme a Tabela A e o gráfico 1. A sua presença diminui significativamente quando aumentamos a renda familiar como mostram de formas antagônicas os gráficos 1 e 2, dados que são semelhantes aos estudos Angela Davis (2016) em seu livro "*Mulheres, Raça e Classe*" que, retrata que a mulher negra historicamente era muitas vezes designada desde muitos cedo aos trabalhos domésticos, e quando lhe convinham aos senhores escravos eram usadas como função para prazer sexual, denunciando que a mulher negra sempre estivera em uma posição de dominação e passividade em uma sociedade patriarcal.

O estudo de Ferreira e Nunes (2020, pp. 524-525) mostra uma reflexão importante sobre a posição da mulher negra diante das exclusões sociais, em que elas se encontram na base da pirâmide social, muitas ainda apresentando-se de forma submissa ao modelo patriarcal, especialmente as mulheres negras, que devido suas trajetórias históricas, ainda enfrentam desigualdades e exclusão social imposta pela sociedade que ainda carrega os valores do racismo. Esta realidade fica muito bem exposta diante dos Gráficos 1 e 2, que traduzem o processo de marginalização em que a mulher negra vive, que desde muito cedo enfrenta uma jornada de resistência para ter uma renda familiar digna.

Até o momento, o que tem se observado por meio dos dados desta pesquisa é que as mulheres que vivem situações como vulnerabilidade social, questões raciais e pouco nível de escolaridade tem enfrentado maiores dificuldades sociais e prejuízos na saúde mental, visto que a pandemia, não foi uma causa, mas a evidência concreta dessas fragilidades que partem de um mundo ainda com a lógica patriarcal. Mulheres que ainda vivem com muitas sobrecargas sociais e emocionais, conforme observa-se por meio dos dados do gráfico 1, pois verifica-se que há a possibilidade das mães mais vulneráveis economicamente apresentarem maiores chances de desenvolver quadros de saúde mental, como o pensamento de morte, que pode ser considerado como fator de risco para outras dificuldades emocionais.

A questão da saúde mental não é apenas uma questão psíquica, mas ela se torna enviesada por fatores sociais, como suporte social e aspectos socioeconômicos, que ficam claros quando o perfil destas mães muda para uma renda familiar maior, comparação importante entre o gráfico 1 e 2.

Desta forma, fica claro que quanto maior a renda familiar, maior também o suporte das mulheres com relação aos cuidados dos filhos, pois mulheres com renda familiar entre 2 e 3 salários-mínimos apresentaram-se majoritariamente casadas, o que também

possibilita à estas um maior cuidado às questões de saúde mental.

Podemos verificar que as possíveis interferências referente às 4 mulheres que tiveram pensamentos de morte, que se encontram na menor faixa salarial (menos de 1 salário-mínimo) são resultados de possíveis situações sociais, como números de filhos, os cuidados relacionados a idade das crianças, ser mãe solo e a própria questão racial, como observado nos *Gráficos 1 e 2*, em que foi observado que no grupo específico das mulheres que apresentaram pensamentos de morte e que vivem com menos de um salário mínimo, 3 delas vivem de forma solo, com mais de um filho sob sua responsabilidade, o que pode gerar uma sobrecarga de funções e dificuldades como divisão de tempo para outras atividades além da função materna.

Diante dos resultados do estudo aqui apresentados, é evidente que estas mães de nossa pesquisa, por viverem várias formas de violência social, doméstica, exclusão social e de mercado de trabalho, com a sobrecarga dos cuidados dos filhos, são necessários projetos de políticas públicas diferenciadas aos cuidados à saúde mental materna, conforme mostrou o estudo de Lima e Moraes (2020)

Sobre o aspecto da saúde materna, é necessário entender os fatores que possam interferir no bem-estar destas mães da pesquisa, como falta de suporte social, rede de apoio e muitas serem mães solas. Diferentemente, o estudo de Jesus, Jucá e Barbosa (2014), mostrou que sofrimento psíquico de muitas mães passam por questões como sentir o desamparo, porém os filhos neste caso foram percebidos como fator de proteção às mães que muitas vezes se percebiam a “beira da loucura”.

A partir desta discussão fica-se a reflexão a partir de Oliveira, Battistelli e Cruz (2019); será possível em algum momento uma vivência de maternidade digna, quando existe uma lógica perversa, visto que há um Estado que inviabiliza os direitos enquanto cidadãs às mulheres negras e pobres; que vivenciam em suas rotinas constantes a responsabilização por suas funções de mães, e são conseqüentemente ignoradas como cidadãs de direitos?

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este recorte de dados sobre mães diante de diversas situações socioeconômicas durante o período vivenciado da pandemia do COVID-19, fica claro que há várias formas de se viver a maternagem, e que não é possível pensar em uma generalização da função materna, pois esta é diferente e complexa de acordo com as questões sociais e raciais que atravessam diretamente no papel social do que é ser mãe. Diante deste contexto há uma necessidade urgente de se pensar em políticas públicas diferenciadas que possam acolher e cuidar desta mulher que é mãe. Uma maternidade em que para a maioria das mulheres pobres é vivenciada de forma isolada, que as colocam em um lugar de não existência pela sociedade e principalmente pelo Estado, que as excluem de direitos básicos, o que dificulta a sobrevivência desta mulher e de seus filhos; que viverão continuamente um ciclo social

perverso de exclusão e marginalidade.

Com este estudo, fica evidente o processo sócio-histórico que a mulher negra e periférica continua vivendo de exclusão social, que muitas vezes se torna negligenciada pelo Estado, ou seja, uma necropolítica, não aparecendo de forma significativa na pesquisa sobre mães que ganham até 3 salários-mínimos. Assim, a proposta de olhar para esta mãe fragilizada torna-se ainda mais urgente, devido seu sofrimento psíquico e social.

Que os estudos propiciem maior visibilidade não apenas para a mulher pobre o lugar de destaque, mas um lugar de resistência e empoderamento.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C.L.; CASACA, S.F. **A Vulnerabilidade à Pobreza das Mulheres Responsáveis por Famílias Monoparentais no Brasil e o Papel das Políticas Públicas.** *Lisbon School of Economics & Management.* Universidade de Lisboa. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/20868>. Acesso em 03/12/2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Mitos e fatos.** 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970. *E-Book*.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor Conquistado: O Mito do Amor Materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. *E-Book*.

BERSANI, Humberto. **Racismo Estrutural e o Direito à Educação.** *Educação em Perspectiva.* v.08, n.03., p. 380-397, set/dez. 2017. DOI:10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892

BROOKS, S. K., *et al.* **The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence.** *The Lancet,* v.395 n.10227., p.912-920.2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Mulheres em Movimento.** *Estudos Avançados.* v.17, n.49. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser.** 2005. 339p. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. 2005.

CARVALHO, M.T.; BENINCASA, M. **Depressão Pós-parto e Afetos Predominantes na Gestação, Parto e Pós-parto.** *Interação em Psicologia.* v.23, n.02.2019. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v23i02.57188>

COSTA, P.H.A.; MENDES, K.T. **Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martin-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* v. 36. (supl.14). 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe14>

CUNHA, R.V.; BASTOS, G.A.N.; DEL DUCA, G.P. **Prevalência de depressão e fatores associados em comunidade de baixa renda de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.** *Revista Brasileira de Epidemiologia.* v.15, n.02, p.346-354.2012.

CHAVES, C. *et al.* (2021). **Effects of the COVID-19 pandemic on perinatal mental health in Spain: Positive and negative outcomes.** *Journal of the Australian College of Midwives.* S1871-5192, n.21. Disponível em: doi: 10.1016/j.wombi.2021.01.007

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª ed. São Paulo: boitempo. 2016. *E-Book*.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1993. *E-Book*.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968. *E-Book*.

FERREIRA, C.A.A.; NUNES, S.C. **Mulheres Negras: Um Marcador da Desigualdade Racial**. *Revista da ABPN*. v.12, n.33, p. 508-534. 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/674>

FONSECA, K.K.D. *et al.* **Nível de Pobreza e Sintomas Depressivos em Mulheres Mães**. *Brazilian Journal of Development*. v.07, n.02. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23990>.

GONZALEZ Leila. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In. *Revista Ciências Sociais Hoje*. p.223-244. 1984. *E-Book*.

INSFRAN, N.; MUNIZ, A.G.C.R. **Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia**. *Diversitates International Journal*. v.12, n. 2, p. 26-47, jul./dez. 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.53357/AMOC4868>

JESUS, C.M.S.; JUCÁ, V.J.S.; BARBOSA, A.S. **Maternidade, Sofrimento Psíquico e Redes Sociais**. *Revista EOS*. v.05, n.02, p.191-193, Jul/dez. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/19815>

LENARDÃO, Elsie; LENARDÃO, Edmilson; KARPINSKI, André Luis. **Proposições para o Ensino do Futuro: Contribuições de Pierre Bourdieu a uma “Pedagogia Racional”**. *Imagens da Educação*, v. 6, n. 3, p. 37-48, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.29315>

LIMA, A.L.M.; MORAES, L.L. **A Pandemia de COVID-19 na Vida de Mulheres Brasileiras: emergências, violências e insurgências**. *INTER-LEGERE*. v.03, n.28. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28ID22562>

LINHARES, M. B. M.; ENUMO S. R. F. **Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37. 2020. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estudos/article/view/7354>.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN, Belém*, v.12., n.02, p.187-204. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012&lng=pt&nrm=iso

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. *E-Book*.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **O Papel do Psicólogo**. *Estudos de Psicologia*. v. 02, n.01, p 07-27. 1996. *E-Book*.

SENA, A.; RODRIGUES, M. Pandemia e Estado Necropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente a COVID-19. *Revista Fim do Mundo, [S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 133–154, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11056>

NOGUEIRA, M.A.; NOGUEIRA, C.M.M. Bourdieu e a Educação. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 149p.

NUNES, L.Y.O. *et al.* Análise psicométrica da PANAS no Brasil. Ciências Psicológicas. v.13, n. 01, p 45-55. 2019. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212019000100045&lng=es&nrm=iso>

OLIVEIRA, R.G. Racismo e suas Expressões na Saúde. In: MAGNO, P.C.; PASSOS, R.G. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. p.58-71.

OLIVEIRA, T.G.; BATTISTELLI, B.M.; CRUZ, L.R. **Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social.** Psi Unisc. v.03, n. 02., p. 115-125. Jul/dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i2.12599>

RAMIREZ, F. B., *et al.* **Pandemia de la Covid-19 y salud mental: reflexiones iniciales desde la atención primaria de salud española. Atención Primaria**, v.53., n.01, p 89-101. 2020. Disponível em: DOI: 10.1016/j.aprim.2020.06.006

ROSALEN, Eloísa. **Entre desigualdades, limites e Relações de Gênero: A Democracia no Brasil.** Cadernos Pagu. n.56. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560018>

SANTOS, I.C.; OLIVEIRA, E. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. Revista Estudos Feministas. v.26, n 01. 2016

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento de Expansão dos Direitos Humanos. MANA, v.12, n.1, 207-236.2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100008>

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** e-Cadernos CES, v. 18.2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

SCHERRER, I.R.S.; ALVES, C.R.L. **Association of maternal depression, family composition and poverty with maternal care and physical health of children in the first year of life.** J. Hum Growth. v.31., n.01., p. 18-27. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/jhgd.v31.10859>

SILVA, J.M.S. *et al.* **A Feminização do Cuidado e a Sobrecarga da Mulher-Mãe na Pandemia.** Feminismos. v. 08, n. 03, p. 149-161. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>.

SILVA, I. P. M.; CHAI, C.G. **As relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira.** In: Revista de Políticas Públicas, p. 988- 1000. 2018. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9830>

TAMO, T.; RODRIGUE, A. **An analysis of mother stress before and during Covid-19 pandemic: The case of China.** Health care for women international, v. 41., n.11-12, p. 1349-1362. 2020. Disponível em: DOI: 10.1080/07399332.2020.1841194

WATSON, D.; TELLEGEN, A. **Em direção a uma Estrutura de humor consensual.** Psychological Bulletin. v.98, n.02, p. 219–235. 1985

WILDE, Oscar. **A Decadência da Mentira e Outros Ensaios.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2021.